

ACESSIBILIDADE E AÇÃO EDUCATIVA INCLUSIVA



Acessibilidade e Ação Educativa Inclusiva / organização: Amanda Fonseca Tojal, Claudia Aoki Giarolo (Arteinclusão Consultoria em Ação Educativa e Cultural SS Ltda). – 1. ed. – São Paulo, maio 2025.

62 p. : il. color. ; 29,7 cm

Inclui referências bibliográficas.

1. Acessibilidade cultural. 2. Inclusão. 3. Mediação cultural. 4. Museus. 5. Educação inclusiva. 6. Lei Brasileira de Inclusão. 7. Pessoas com deficiência. 8. Neurodiversidade. 9. Acessibilidade comunicacional. 10. Ação educativa inclusiva. I. Tojal, Amanda Fonseca. II. Giarolo, Claudia Aoki.

CDD: 306.481

ISBN: 978-65-987274-0-6

Nota sobre os direitos autorais

Este manual foi organizado com base em textos de autores diversos, devidamente referenciados, com fins exclusivamente educativos e voltados à formação em acessibilidade cultural.

A obra não possui fins comerciais e todos os conteúdos aqui utilizados foram selecionados por sua relevância para fins pedagógicos, com os devidos créditos mantidos.

Caso algum autor ou titular de direitos deseje entrar em contato sobre o uso do material, a equipe da Arteinclusão Consultoria está à disposição para diálogo e eventuais ajustes.

Contato: contato@arteinclusao.com.br

Site: www.arteinclusao.com.br



Índice

1. Introdução	1
Lei Brasileira de Inclusão	2
2. Pessoas com deficiência	7
Deficiência Visual	12
Deficiência Auditiva	14
Surdocegueira	15
Deficiência Intelectual	19
Deficiência Física	21
Nanismo	23
3. Neurodiversidade	24
Dislexia e TDAH	27
TEA - Transtorno do Espectro Autista	28
4. Acessibilidade Comunicacional e Ação Educativa Inclusiva	35
Capacitismo	37
5. Bibliografia e Infográficos	54
6. Equipe Organizadora	58

Introdução

Esta publicação, desenvolvida pela *Arteinclusão Consultoria em Acessibilidade Cultural*, tem por objetivo contribuir para introduzir profissionais, educadores, atendentes e orientadores, principalmente de instituições culturais e educacionais, a temas referentes à *Acessibilidade e Ação Educativa Inclusiva*, no atendimento e no desenvolvimento de programas para públicos com deficiências (sensoriais, físicas e intelectuais) e públicos com neurodiversidades, em museus e espaços culturais, cujo objetivo é acompanhar e complementar a formação continuada desses profissionais, visando a qualificação e a atualização de uma área de fundamental importância da instituição museológica : o **Setor Educativo do Museu**.

No formato de um **manual**, apresenta os conteúdos de forma objetiva, ilustrados por infográficos, como forma de facilitar a compreensão dos conceitos nele inseridos:

1. **Introdução:** Censo de pessoas com deficiência no Brasil: fonte IBGE 2023
2. **Pessoas com Deficiência:** características e boas práticas de atendimento
3. **Neurodiversidades:** TDAH e TEA – características e boas práticas de atendimento
4. Conceitos sobre **Acessibilidade Comunicacional e Ação Educativa Inclusiva**, incluindo textos sobre planejamento de programas para atendimento de públicos com deficiência.
5. **Bibliografia** (textos e infográficos) contendo referências dos conteúdos apresentados e links para acesso a publicações complementares via download.

Boa leitura a todas e a todos!

Amanda Fonseca Tojal e Claudia Aoki Giarolo

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

LEI Nº – 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Lei Brasileira de Inclusão (LBI), tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A LBI tem como base a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o primeiro tratado internacional de direitos humanos a ser incorporado pelo ordenamento jurídico brasileiro com o status de emenda constitucional.

DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

§ 2º A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

Art. 5º A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

Parágrafo único. Para os fins da proteção mencionada no caput deste artigo, são considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência.

Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

- I – casar-se e constituir união estável;
- II – exercer direitos sexuais e reprodutivos;
- III – exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;
- IV – conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;
- V – exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e
- VI – exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Art. 7º É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.

Parágrafo único.

Se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas nesta Lei, devem remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

Seção Única

Do Atendimento Prioritário

Art. 9º A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de:

- I – proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- II – atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público;
- III – disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas;
- IV – disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque;
- V – acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis;
- VI – recebimento de restituição de imposto de renda;
- VII – tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

§ 1º Os direitos previstos neste artigo são extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal, exceto quanto ao disposto nos incisos VI e VII deste artigo.

§ 2º Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida por esta Lei é condicionada aos protocolos de atendimento médico.

CAPÍTULO IX DO DIREITO À CULTURA, AO ESPORTE, AO TURISMO E AO LAZER

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

- I – a bens culturais em formato acessível;
- II – a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e
- III – a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.

§ 1º É vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual.

§ 2º O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 43. O poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo, devendo:

- I – incentivar a provisão de instrução, de treinamento e de recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;
- II – assegurar acessibilidade nos locais de eventos e nos serviços prestados por pessoa ou entidade envolvida na organização das atividades de que trata este artigo; e
- III – assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 44. Nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares, serão reservados espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, observado o disposto em regulamento.

§ 1º Os espaços e assentos a que se refere este artigo devem ser distribuídos pelo recinto em locais diversos, de boa visibilidade, em todos os setores, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, evitando-se áreas

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

segregadas de público e obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.

§ 2º No caso de não haver comprovada procura pelos assentos reservados, esses podem, excepcionalmente, ser ocupados por pessoas sem deficiência ou que não tenham mobilidade reduzida, observado o disposto em regulamento.

§ 3º Os espaços e assentos a que se refere este artigo devem situar-se em locais que garantam a acomodação de, no mínimo, 1 (um) acompanhante da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, resguardado o direito de se acomodar proximoamente a grupo familiar e comunitário.

§ 4º Nos locais referidos no caput deste artigo, deve haver, obrigatoriamente, rotas de fuga e saídas de emergência acessíveis, conforme padrões das normas de acessibilidade, a fim de permitir a saída segura da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, em caso de emergência.

§ 5º Todos os espaços das edificações previstas no caput deste artigo devem atender às normas de acessibilidade em vigor.

§ 6º As salas de cinema devem oferecer, em todas as sessões, recursos de acessibilidade para a pessoa com deficiência.

§ 7º ao valor cobrado das demais pessoas.

Art. 45. Os hotéis, pousadas e similares devem ser construídos observando-se os princípios do desenho universal, além de adotar todos os meios de acessibilidade, conforme legislação em vigor.

§ 1º Os estabelecimentos já existentes deverão disponibilizar, pelo menos, 10% (dez por cento) de seus dormitórios acessíveis, garantida, no mínimo, 1 (uma) unidade acessível.

§ 2º Os dormitórios mencionados no § 1º deste artigo deverão ser localizados em rotas acessíveis.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

IBGE

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua



Pessoas com deficiência 2022

PNAD
contínua

ISBN

© IBGE, 2023

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS GERAIS

DPE/GRUPO DE TRABALHO DE DEFICIÊNCIA

DIVULGAÇÃO - 07/07/23

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE

IBGE

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



DEFINIÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Considerou-se pessoa com **DEFICIÊNCIA** o morador de 2 anos ou mais de idade que respondeu **ter muita dificuldade** ou **não conseguir de modo algum** realizar as atividades perguntadas em ao menos um dos quesitos investigados, que envolvem dificuldades em domínios funcionais:

Domínios Funcionais

- Enxergar;
- Ouvir;
- Andar ou subir degraus;
- Funcionamento dos membros superiores;
- Cognição - dificuldade para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar;
- Autocuidado;
- Comunicação - dificuldade de compreender e ser compreendido.

WASHINGTON GROUP ON DISABILITY STATISTICS. *Como criar indicadores de severidade de deficiências usando o conjunto resumido de perguntas sobre funcionalidade do Grupo de Washington (WG-SS)*. Hyattsville: National Center for Health Statistics - NHS, 2021. 25p. Disponível em: https://www.washingtongroup-disability.com/fileadmin/uploads/wg/WG_Document_5E_-_Analytic_Guidelines_for_the_WG-SS_Severity_Indicators_Portuguese_Brazil.pdf Acesso em: jun.2023

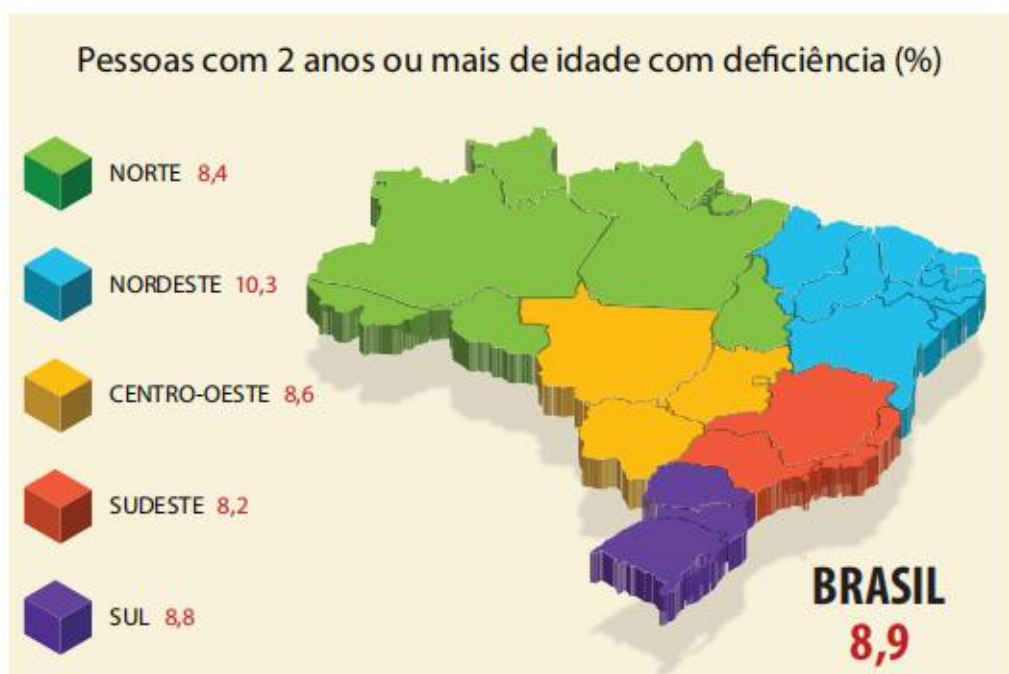
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE

ANÁLISES SOCIODEMOGRÁFICAS

São **18,6 milhões de pessoas (8,9%)** de 2 anos ou mais de idade com deficiência no Brasil em 2022



10% - MULHERES

7,7% - HOMENS

9,5% - PRETAS

8,9% - PARDAS

8,7% - BRANCAS

Sidra 9052 929

TERMINOLOGIAS

 O que não usar	 O que usar
Deficiente, inválido, incapaz, doente, excepcional	Pessoa com deficiência
Pessoa com necessidades especiais	Pessoa com necessidades específicas
Portador de síndrome de Down	Pessoa com Síndrome de Down
Portador de retardamento mental, retardado	Pessoa com deficiência intelectual
Doença genética	Condição genética
Pessoa surda-muda	Pessoa surda ou pessoa com deficiência auditiva
Pessoa normal, pessoa dita normal	Pessoa sem deficiência
Pessoa paralisada cerebral, paralisado cerebral	Pessoa com paralisia cerebral
Pessoa que sofre de autismo	Pessoa autista
Epilético, pessoa epilética	Pessoa com epilepsia

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Diversidade Humana

A população mundial é feita de diversidades, cosmopoliticismos, simbioses de culturas e intercâmbios de conhecimentos, deixando de existir fronteiras populacionais e culturais. Segundo Santos (2009, apud CEA, 2005:301-39), a diversidade humana pode ser dividida em cinco perspectivas distintas:



Dimensional

Refere-se a aspectos quantitativos como a altura, peso, tamanho e largura dos membros. Fornece os dados que possibilitam a consideração de aspectos ergonômicos e de design universal nos projetos.

Perceptiva

Refere-se à variação decorrente da perda dos sentidos por parte da população, maximizada pelo grau, que interfere na forma de relacionamento com o meio físico.

Motora

Ao contrário do que se pensa, os problemas de mobilidade não estão restritos aos cadeirantes. Carências diversas decorrentes da falta de mobilidade devem ser consideradas durante um projeto universal.

Cognitiva

Interfere na capacidade de recepção e processamento de informação, na orientação espacial e temporal. Inclui problemas de memória, orientação e dificuldades na fala, leitura, escrita ou compreensão de palavras.

Demográfica

Refere-se à variação humana decorrente do envelhecimento da população e ao aumento das migrações, que configuram aspectos determinantes na diversidade cultural e funcional.



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Deficiência Visual

Características:

- Cegueira congênita ou precoce
- Cegueira tardia ou adquirida
- Baixa visão



Desenvolvimento dos sentidos complementares:

Sentidos comuns

- Tato (percepção analítica/percepção sintética)
- Audição (direcionada/espacial)
- Gosto e Olfato (memória/experiência)

Sentidos específicos

- Ecolocalização – localização espacial
- Audição (sensação acústica)
- Associação e referencial adquirido

Memória cinestésica

- Movimento corporal
- Contato com objetos
- Deslocamento espacial
- Referencial adquirido

Percepção sinestésica

- Associação com os diferentes sentidos

¹Texto adaptado da dissertação de mestrado: TOJAL, Amanda P. da Fonseca. "Museu de Arte e Públicos Especiais", Capítulo 1, ECA-USP, 1999.

² Cinestesia – sentido pelo qual se percebem os movimentos musculares, o peso e a posição dos membros.

³ Sinestesia – relação subjetiva que se estabelece espontaneamente entre uma percepção e outra que pertença ao domínio de um sentido diferente, exemplo: um perfume que evoca uma cor, um som que evoca uma imagem, etc

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Deficiência Visual

BOAS PRÁTICAS PARA INTERAÇÃO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

1. Fale sempre diretamente com a pessoa e não com seu acompanhante;
2. Não grite ou a infantilize;
3. Pergunte sempre se a pessoa quer a sua ajuda. Não se sinta constrangido se não souber ajudá-la. Pergunte como fazer;
4. Pergunte se ela deseja ser conduzida, não a puxe pelo braço e saia caminhando;
5. Caso ela queira auxílio, ofereça seu braço que ela pegará em seu cotovelo (ou ombro);
6. Use indicações verbais de localização, como direita, esquerda, acima, abaixo;
7. Apresente o espaço/ambiente para ela. (É amplo, pequeno, aproximadamente quanto metros?);
8. Avise-a dos obstáculos (degraus, portas, curvas, desníveis...);
9. Nunca brinque ou toque em cão-guia! Ele está trabalhando!

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Deficiência Auditiva

Características:

- Surdez congênita (pré-linguística) comprometimento da fala/linguagem
- Surdez adquirida (pós-linguística) aquisição da fala/linguagem
- Baixa audição (audição reduzida)

Tipos de perda auditiva

- Perda auditiva condutiva – ouvido externo, médio e interno
- Perda auditiva sensorio-neural ou de percepção (nervo auditivo)

Comprometimentos

- Processo de comunicação
- Linguagem verbal e escrita
- Vocabulário/abstração
- Social/cultural
- Intelectual/afetivo

Métodos de comunicação

- Oral (Labial)
- Manual (Libras – Língua Brasileira dos Sinais)
- Bilinguismo – Libras/Língua Portuguesa
- Comunicação Total (Oral/labial e Manual/Libras)

¹Texto adaptado da dissertação de mestrado: TOJAL, Amanda P. da Fonseca. “Museu de Arte e Públicos Especiais”, Capítulo 1, ECA-USP, 1999.

² Cinestesia – sentido pelo qual se percebem os movimentos musculares, o peso e a posição dos membros.

³ Sinestesia – relação subjetiva que se estabelece espontaneamente entre uma percepção e outra que pertença ao domínio de um sentido diferente, exemplo: um perfume que evoca uma cor, um som que evoca uma imagem, etc

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Surdocegueira

Surdocegueira

É uma deficiência única que apresenta a perda da audição e da visão concomitantemente em diferentes graus, o que leva a *persona surdocega* a desenvolver diferentes formas de comunicação para entender e interagir com as pessoas e o meio ambiente.

Há tempos, essa deficiência era considerada como deficiência múltipla sensorial, mas suas particularidades comunicacionais estabeleceram a necessidade de uma designação e especificação de deficiência própria. A surdocegueira é a deficiência sensorial em sua plenitude, pois o contato com o mundo exterior pode ser totalmente cerceado.

Pessoas com surdocegueira podem apresentar diferentes níveis da deficiência: pessoas que apresentem baixa visão e surdez total, bem como pessoas com baixa audição e cegueira total. Há também aqueles com surdocegueira completa (surdez e cegueira total).

Como se relacionar com um Surdocego?

Pergunte ao guia-intérprete ou ao acompanhante da pessoa surdocega como deve ser feita a comunicação entre vocês. As formas são variadas e extremamente particulares.

As pessoas surdocegas andam, normalmente, com um guia-intérprete ao seu lado, para conseguir estabelecer a comunicação com outras pessoas.

Quando chegar perto de uma pessoa surdocega, toque-o levemente na mão para sinalizar que está ao seu lado. O guia-intérprete é quem vai guiar essa interação, como por exemplo, orientá-lo a fazer a comunicação utilizando-se do método *TADOMA*, isto é, deixar a pessoa surdocega colocar a mão nos seus lábios, queixo ou garganta, para que ela possa sentir a vibração do som que você está emitindo (mais informações sobre o método Tadoma encontram-se abaixo).

A comunicação com pessoas surdocegas

Os sistemas de comunicação usados pelas pessoas surdocegas são divididos em Alfabéticos e Não Alfabéticos. Vamos conhecê-los.

Sistemas Alfabéticos

(para pessoas cegas ou com deficiência visual que aprenderam a escrita e/ou sistema braille)

- *Sistema Braille Tátil* – Sistema alfabético baseado no sistema Braille tradicional de leitura e escrita adaptado de maneira que possa ser percebido pela pessoa surdocega através do tato.
- *Alfabeto Datilológico*: Sistema alfabético que consiste em escrever a mensagem, com letras maiúsculas, com o dedo indicador do interlocutor no centro da palma da mão da pessoa surdocega, para que esta reconheça a mensagem através do tato.
- *Tablitas Alfabéticas*: são tábuas que têm letras escritas em forma maiúscula ou impressa em Braille. Para a comunicação, o interlocutor vai assinalando cada letra para formar uma palavra com o dedo da pessoa surdocega e ela responde fazendo o mesmo procedimento;
- *Recursos digitais /Linha Braille*: são máquinas utilizadas pela pessoa surdocega que conhece o Braille.

Sistemas Não Alfabéticos

(para pessoas surdas ou com deficiência auditiva que aprenderam a língua de sinais)

- *Libras tátil*: Língua Brasileira de Sinais utilizada pelas pessoas surda, adaptado ao tato, por meio do contato da pessoa surdocega com as mãos do interlocutor;
- *Tadoma*: consiste na percepção, por meio da mão da pessoa surdocega que repousa sobre a boca, o queixo ou a garganta de quem fala, para sentir a vibração e o reconhecimento das palavras orais.

Como estabelecer a comunicação?

Use um dos sistemas descritos acima que melhor se encaixe na especificidade da pessoa surdocega que você quer se comunicar, o importante é estabelecer a comunicação. Por exemplo, se você observou que a pessoa surdocega tem resíduo visual, você pode se comunicar com ele por meio da Libras ou pela escrita. Se for escrever, lembre-se de fazê-lo em letra de fôrma grande e com caneta preta ou azul. Use papel branco ou amarelo, que dão maior contraste. Agora, neste caso, não se esqueça de ficar bem próximo do seu campo de visão.

Fonte/referência: Manual de Convivência - Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida - Realização: Mara Gabrilli- 2a. Edição, ampliada e revista. - pgs 45-47

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Deficiência Auditiva

BOAS PRÁTICAS PARA INTERAÇÃO COM SURDOS

1. Acene ou toque levemente na pessoa quando quiser chamá-la;
2. Caso você não saiba Língua de Sinais, a comunicação com uma pessoa surda será pela escrita. Escreve em um papel, celular... Mas não deixe de se comunicar pelo fato de não saber a língua do outro;
3. Se tiver interesse e possibilidade, peça para o Surdo ensinar alguns sinais para você se comunicar com ele;
4. Caso haja intérprete de Libras, dirija-se à pessoa surda e não ao intérprete.

BOAS PRÁTICAS PARA INTERAÇÃO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

1. Acene ou toque levemente na pessoa quando quiser chamá-la;
2. Posicione-se sempre em frente a ela e mantenha contato visual para que saiba que está mantendo uma conversa;
3. Não fique contra a luz e/ou com objeto na frente da boca. Isto dificulta a comunicação. Procure ficar a favor da luz para facilitar a leitura labial.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Deficiência Sensorial

limitação da capacidade visual, auditiva, fala ou combinação de duas ou mais destas deficiências

Deficiência Auditiva perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis:	Deficiência Visual acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20° (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações.	Surdocegueira não se trata apenas de somatório de surdez e cegueira, mas uma deficiência única que apresenta graves perdas auditiva e visual. São distinguíveis quatro graus de Surdocegueira:																																								
Não-surdo Leve Moderada Acentuada Severa Aguda Anacusia 25 41 56 71 91 ∞ menor intensidade sonora audível - decibéis	deficiência visual inexistente deficiência por acuidade visual 20° 20° deficiência por campo visual	Resíduo Auditivo e Resíduo Visual <table><tr><td>Surdez</td><td>Acentuada</td><td>Severa</td><td>Aguda</td><td>Anacusia</td></tr><tr><td>Cegueira</td><td>Acentuada</td><td>Severa</td><td>Aguda</td><td>Total</td></tr></table> Surdez Total e Resíduo Visual <table><tr><td>Surdez</td><td>Acentuada</td><td>Severa</td><td>Aguda</td><td>Anacusia</td></tr><tr><td>Cegueira</td><td>Acentuada</td><td>Severa</td><td>Aguda</td><td>Total</td></tr></table> Resíduo Auditivo e Cegueira Total <table><tr><td>Surdez</td><td>Acentuada</td><td>Severa</td><td>Aguda</td><td>Anacusia</td></tr><tr><td>Cegueira</td><td>Acentuada</td><td>Severa</td><td>Aguda</td><td>Total</td></tr></table> Surdez e Cegueira Totais <table><tr><td>Surdez</td><td>Acentuada</td><td>Severa</td><td>Aguda</td><td>Anacusia</td></tr><tr><td>Cegueira</td><td>Acentuada</td><td>Severa</td><td>Aguda</td><td>Total</td></tr></table>	Surdez	Acentuada	Severa	Aguda	Anacusia	Cegueira	Acentuada	Severa	Aguda	Total	Surdez	Acentuada	Severa	Aguda	Anacusia	Cegueira	Acentuada	Severa	Aguda	Total	Surdez	Acentuada	Severa	Aguda	Anacusia	Cegueira	Acentuada	Severa	Aguda	Total	Surdez	Acentuada	Severa	Aguda	Anacusia	Cegueira	Acentuada	Severa	Aguda	Total
Surdez	Acentuada	Severa	Aguda	Anacusia																																						
Cegueira	Acentuada	Severa	Aguda	Total																																						
Surdez	Acentuada	Severa	Aguda	Anacusia																																						
Cegueira	Acentuada	Severa	Aguda	Total																																						
Surdez	Acentuada	Severa	Aguda	Anacusia																																						
Cegueira	Acentuada	Severa	Aguda	Total																																						
Surdez	Acentuada	Severa	Aguda	Anacusia																																						
Cegueira	Acentuada	Severa	Aguda	Total																																						
Baixa Audição deficiência auditiva em grau que permita distinguir mensagens verbais com o auxílio de equipamentos especiais. Audição Residual não permite distinguir mensagem verbal mas auxilia na leitura orofacial. Possibilita a comunicação por apitos e sirenes.	Baixa Visão deficiência visual em grau que permitam ler textos impressos à tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais Visão Residual grau de deficiência visual entre Baixa Visão e Cegueira Total. Pode existir distinção de luz e sombra, volumes, cores; mas não permite a leitura de textos impressos.																																									

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Deficiência Intelectual



CAUSAS

- Cromossômica / distúrbios genéticos (Síndrome de Down)
- Infecção ou intoxicação (durante a gestação) – rubéola, encefalite, drogas e agentes ambientais
- Trauma ou agente físico
- Metabolismo ou desnutrição

CARACTERÍSTICAS

Deficiência Intelectual - leve

- Memória e atenção reduzidas
- Comprometimentos na forma de aquisição e emprego da linguagem

Deficiência Intelectual - moderada

- Comprometimento das habilidades intelectuais, físicas e motoras
- Comprometimento na forma de aquisição e emprego da linguagem
- Comprometimentos auditivos
- Baixa concentração
- Dificuldades de sociabilização

Deficiência Intelectual - grave ou profunda

- Comprometimentos múltiplos severos

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Deficiência Intelectual

BOAS PRÁTICAS PARA INTERAÇÃO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

1. Não infantilize a pessoa com deficiência intelectual, trate-a como trataria uma pessoa sem deficiência com a mesma idade;
2. Quanto tiver uma explicação muito complexa, procure usar pequenas frases, claras e concisas;
3. Use e abuse de imagens, elas auxiliam no entendimento de coisas abstratas;
4. Sempre que possível, mostre objetos dos quais você está falando para que possam ser tocados.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Deficiência Física

Características

- Deficiência física com comprometimento da mobilidade;
- Deficiência física com comprometimentos neurológicos;

Deficiência Física: tipos

- Artrite, invalidez, esclerose múltipla, distrofia muscular;
- Lesões da coluna vertebral, paralisia cerebral;

Paralisia Cerebral (Deficiência Físico/Neurológica)

- Causas
 - ❖ Pré-natal e pós-natal

Características

- Paralisia cerebral de caráter espástico - rigidez ou tensão excessiva dos músculos;
- Paralisia cerebral de caráter atetóide – movimentos involuntários e constantes do corpo;
- Paralisia cerebral de caráter múltiplo.

Classificação

- Nível de comprometimento leve – coordenação motora fina;
- Nível de comprometimento moderado – limitações no desempenho motor geral, comprometimento;
- da articulação e da fala, necessidade de apoio de terceiros;
- Nível de comprometimento grave ou severo – comprometimentos múltiplos, necessidade de apoio integral de terceiros.

Classificação de acordo com os membros afetados

- Diplegia, quadriplegia ou tetraplegia – todos os membros do corpo;
- Paraplegia – membros inferiores;
- Triplegia – três membros;

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Deficiência Física

Deficiência Física

Segundo o Decreto nº 5.296, publicado em 3 de dezembro de 2004, pessoa com deficiência física tem alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física.

MOTORAS

 Paraplegia Perda total das funções motoras dos membros inferiores.	 Tetraplegia Perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores.	 Triplegia Perda total das funções motoras em três membros.	 Hemiplegia Perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo.	 Monoplegia Perda total das funções motoras de um só membro.	 Amputação Perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro.	 Nanismo Altura menor que a média de tamanho de uma população.	 Deformidade Membros com deformidade congênita ou adquirida.
 Paraparesia Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores.	 Tetraparesia Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores.	 Triparesia Perda parcial das funções motoras em três membros.	 Hemiparesia Perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo.	 Monoparesia Perda parcial das funções motoras de um só membro.	 Paralisia Cerebral Lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central.	 Ostomia Intervenção cirúrgica que cria um ostoma na parede abdominal para adaptação de bolsa de fezes e urina.	

BOAS PRÁTICAS PARA INTERAÇÃO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

1. A cadeira de rodas é uma extensão do corpo da pessoa, não empurre sem avisar antes;
2. Se a pessoa recusar ajuda para empurrar a cadeira de rodas, não se ofenda;
3. Se você vai falar durante um tempo para uma pessoa cadeirante, procure sentar e ficar na altura dela;
4. Mantenha muletas e bengalas sempre próximas da pessoa;

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Deficiência Física - Nanismo

Nanismo

Os anões são pessoas com estatura reduzida, eles atingem entre 70 cm e 1,40 m na idade adulta. Por conta disso, os anões têm sérias dificuldades de locomoção em cidades planejadas para pessoas com média ou alta estatura. Essa observação - de que os anões também precisam de acessos - levou essa parcela da população a ser considerada como pessoas com deficiência pelo Decreto Federal 5.296/2004. Mas as dificuldades que os anões enfrentam não ficam apenas no campo arquitetônico.

Os anões sofrem bastante com o preconceito. Muitas pessoas têm medo deles ou, então, os tratam com infantilidade ou ridicularização. Tem gente que atravessa a rua quando encontra com um anão. Desviam o olhar... Sabia que o maior índice de suicídio entre as pessoas com deficiência é na comunidade anã? Pois é...

Por causa da baixa estatura, os anões não conseguem acessar muitos ambientes, produtos e serviços de uso público, como balcões de atendimento, prateleiras em supermercados, degraus, transportes, caixas eletrônicos, mobiliário público e doméstico em geral (mesas, cadeiras, bancos, camas, estantes, armários etc.). Até quando fazem adaptações para pessoas com deficiência, não pensam no anão. Um caixa eletrônico, por exemplo. Tem casos em que o cadeirante consegue acessar um caixa eletrônico adaptado, mas mesmo este modelo - que é mais baixo - não serve para o acesso de um anão. Ele não consegue, por causa do comprimento dos seus braços, chegar nas teclas.

De qualquer forma, a indicação é: trate-os com respeito e consideração. É essa a receita

Fonte: Manual de Convivência
Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
2a. Edição, ampliada e revista.
Realização: Mara Gabrilli

NEURODIVERSIDADE

"Neurodiversidade: o que significa?"

Neurodiversidade é um conceito que traz a ideia de que as condições neurológicas diversas dos indivíduos são normais no genoma da espécie humana. De acordo com esse conceito, não devemos observar pessoas com funcionamento neurocognitivo diverso como doentes ou incapacitadas. As conexões neurológicas atípicas são, portanto, uma diferença humana que deve ser respeitada, assim como a etnia e a diversidade sexual.

No conceito de neurodiversidade estão incluídas todas as pessoas. Assim sendo, o conceito abrange tanto pessoas que não possuem alterações neurológicas ou no neurodesenvolvimento, chamadas de neurotípicas, quanto aquelas que possuem transtornos e deficiência mental, denominadas neuroatípicas ou neurodivergentes.

Atualmente, a neurodiversidade é também vista como movimento social. O movimento de neurodiversidade objetiva, acima de tudo, que as pessoas neurodivergentes sejam vistas com igualdade e tenham seus direitos respeitados. Além disso, busca a inclusão social e o respeito para com essas pessoas.

Diferença entre **neurotípico** e **neurodivergente**

Neurotípico: é o indivíduo que não possui alterações neurológicas ou no neurodesenvolvimento. O seu funcionamento neurológico é o esperado pela sociedade.

Neurodivergente: é o indivíduo que possui alterações neurológicas ou no neurodesenvolvimento e que apresenta um funcionamento neurológico fora do padrão esperado pela sociedade.

São consideradas pessoas neurodivergentes aquelas que apresentam variações cognitivas, como:

NEURODIVERSIDADE

Transtorno do espectro autista (TEA): esse transtorno de desenvolvimento caracteriza-se, entre outros aspectos, por provocar déficit de socialização e comunicação.

Transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH): caracteriza-se por provocar sintomas como falta de atenção, impulsividade e inquietação.

Dislexia: transtorno em que o indivíduo apresenta dificuldades no que se refere à escrita e leitura.

Dispraxia: trata-se de uma disfunção neurológica que compromete a capacidade de coordenação. Pode provocar atraso na fala e no desenvolvimento."

"Quando surgiu o **termo Neurodiversidade**?



O símbolo do infinito com as cores do arco-íris é usado para representar a neurodiversidade.

O termo neurodiversidade surgiu nos anos 1990 e foi cunhado pela socióloga australiana Judy Singer. De acordo com a visão de Singer, que também está no espectro autista, diferenças neurológicas não devem ser tratadas como doenças e sim como diferenças que não precisam de cura. O objetivo da socióloga sempre foi promover a igualdade e a inclusão.

NEURODIVERSIDADE

Por que assumir que somos diferentes ajuda no desenvolvimento de pessoas neurodivergentes?

Quando assumimos que somos diversos e que as diferenças não representam nenhuma doença ou incapacidade, assumimos uma postura mais positiva diante das dificuldades."

"Imagine, por exemplo, uma criança com dificuldades em determinadas disciplinas escolares. Se ela é taxada como uma pessoa incapaz por ser neurodivergente, suas dificuldades serão mais difíceis de serem amenizadas ou mesmo superadas. A ideia de neurodiversidade mostra que todos nós somos diferentes e apresentamos dificuldades em algum campo da vida.

Vanessa Sardinha dos Santos
Professora

Para saber mais sobre **Neurodiversidade**:

<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/biologia/o-que-e-neurodiversidade.htm>

<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/biologia/o-que-e-neurodiversidade.htm#:~:text=o%20que%20significa%3F-,Neurodiversidade%20é%20um%20conceito%20que%20traz%20a%20ideia%20de%20que,diverso%20como%20doentes%20ou%20incapacitadas.>

NEURODIVERSIDADE

Dislexia e TDAH

1. Dislexia

- Transtorno de ORIGEM HEREDITÁRIA. Dificuldade cognitiva do indivíduo em absorver tudo aquilo que se relaciona ao universo da leitura, pela impossibilidade de conceituar palavras em sua mente.
- Utilizam a IMAGINAÇÃO para administrar a percepção ao seu redor em vez de utilizar palavras, frases ou diálogos internos em sua mente.

2. Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)

- Alteração metabólica da Dopamina e a Noradrenalina (neurotransmissores nas regiões frontal do cérebro) responsável pelo controle das funções executivas.

SINTOMAS DE DESATENÇÃO:

- Dificuldade em manter o foco em tarefas e atividades.
- Distração com estímulos externos.
- Falta de atenção.
- Esquecimentos.

SINTOMAS DE HIPERATIVIDADE:

- Não conseguir ficar quieto.
- Falar muito.
- Mexer muito pés e mãos.
- Apresentar dificuldade em brincar de forma calma.

SINTOMAS DE IMPULSIVIDADE:

- Interromper os outros.
- Dificuldade para esperar a vez.
- Impaciência.
- Dar respostas precipitadas.



NEURODIVERSIDADE

TEA - Transtorno do Espectro Autista

TEA - Transtorno do Espectro Autista

- Para fins didáticos, serão descritas as manifestações agudas e intensas de agitações psicomotoras (comportamento auto lesivo e agressividade com risco de dano a si e outros) do Transtorno do Espectro Autista (TEA) como Crise Aguda e o quadro de tratamento ambulatorial, como Estável.
- O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades.
- Sinais de alerta no neurodesenvolvimento da criança podem ser percebidos nos primeiros meses de vida, sendo o diagnóstico estabelecido por volta dos 2 a 3 anos de idade. A prevalência é maior no sexo masculino.
- A identificação de atrasos no desenvolvimento, o diagnóstico oportuno de TEA e encaminhamento para intervenções comportamentais e apoio educacional na idade mais precoce possível, pode levar a melhores resultados a longo prazo, considerando a neuroplasticidade cerebral.
- Ressalta-se que o tratamento oportuno com estimulação precoce deve ser preconizado em qualquer caso de suspeita de TEA ou desenvolvimento atípico da criança, independentemente de confirmação diagnóstica.

Características:

- Algumas características (não necessariamente todas) comumente presentes em pessoas autistas são:
 - Processamento sensorial intenso;
 - Capacidade analítica de percepção de detalhes;
 - Facilidade em reconhecer padrões e em criar imagens mentais;
 - Capacidade de memorizar informações;
 - Preferência por determinados movimentos;
 - Interesse em assuntos específicos;
 - Capacidades e dificuldades de interação social, em diferentes graus;
 - Preferência por situações previsíveis e controláveis;

NEURODIVERSIDADE

TEA - Transtorno do Espectro Autista

O Paradigma dos símbolos



O símbolo da fita de quebra-cabeça azul já foi utilizado para representar o TEA porque o autismo era entendido como um “quebra-cabeça” ou um mistério a ser resolvido. No entanto, há crescentes críticas de que esse símbolo é inadequado, pois sugere que as pessoas autistas são “quebradas” ou “incompletas”, o que caracteriza um pensamento capacitista e psicofóbico. Além disso, a cor azul é frequentemente associada a meninos e homens, perpetuando a ideia equivocada de que o autismo afeta somente o sexo masculino.



Em contraste, o infinito em arco-íris tem sido amplamente adotado como um símbolo mais inclusivo pela comunidade autista. Isso porque o arco-íris representa o espectro da neurodiversidade, enquanto autista. Juntos, eles celebram a neurodiversidade e a inclusão de todas as pessoas autistas, independentemente de sua idade, gênero, raça ou origem étnica.



Lei nº 12.764/2012 - Lei Berenice Piana ou Lei dos Autistas

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. De acordo com a lei, **autistas são considerados pessoas com deficiência**, para todos os efeitos legais. Além disso, possuem direito à vida digna, à integridade física e moral, ao livre desenvolvimento da personalidade, à segurança e ao lazer.

NEURODIVERSIDADE

TEA - Transtorno do Espectro Autista



O que significa o cordão de girassóis?

por Vicente Junqueira Moragas – NUICS

O cordão de girassóis identifica **pessoas com deficiências que não são facilmente perceptíveis no cotidiano**. O colar passou a ser reconhecido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) no último dia 17 de

julho “como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas”.

É o caso de deficiências auditivas, visuais, intelectuais, paralisia cerebral ou de pessoas que estão dentro do espectro autista, entre outras possibilidades. A fita com desenhos de girassóis foi usada despretensiosamente por uma companhia aérea em um aeroporto de Londres e acabou tornando-se o símbolo para identificar pessoas com deficiências não aparentes. A imagem estampada lembra a resistência e a resiliência dos girassóis, atributos igualmente necessários na luta por acessibilidade.

Vale lembrar que o uso do colar é opcional. Sua ausência não prejudica o acesso aos direitos previstos em lei e sua utilização não dispensa a apresentação de documentos comprobatórios quando solicitados por atendentes e autoridades.

Fonte: <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-inclusao/o-que-significa-o-cordao-de-girassois>

O Coletivo Autista da UFMG elaborou um Manual para professores em 2023, clique no botão abaixo para mais

Saiba mais

NEURODIVERSIDADE

TEA - Transtorno do Espectro Autista

MITO OU VERDADE

Escrito por LOUIE MARTINS



AUTISMO É UMA DOENÇA

Mito - O autismo é uma variação neurológica caracterizada por níveis elevados de conexão em determinadas áreas do cérebro. Além disso, com a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o autismo passou a ser considerado legalmente como uma deficiência.



PESSOA AUTISTAS APRESENTAM COMUNICAÇÃO SOCIAL ATÍPICA

Verdade - Um dos critérios de diagnóstico do TEA é apresentar diferenças na comunicação social, tais como: dificuldade em compreender linguagem figurada e diferenciar intenções por meio de tons de voz e expressões faciais; não se comunicar de forma verbal e/ou ter dificuldades para se expressar por meio da fala.



PESSOAS AUTISTAS NÃO CONSEGUEM APRENDER

Mito - Pessoas autistas de qualquer nível de suporte têm a capacidade de aprender, porém podem precisar de métodos diversificados de ensino e/ou materiais auxiliares, ou demandar mais tempo e paciência.



PODE HAVER CERCA DE 6 MILHÕES DE AUTISTAS NO BRASIL

Verdade - De acordo com o relatório mais recente do CDC, 1 a cada 36 crianças nos EUA é autista. Aplicando esse número ao Brasil, seriam aproximadamente 6 milhões de pessoas autistas. Todavia, devido à falta de informação e dificuldade de acesso ao diagnóstico, esse número pode ser ainda maior.

NEURODIVERSIDADE

TEA - Transtorno do Espectro Autista

MITO OU VERDADE

Escrito por LOUIE MARTINS



AUTISTAS NÃO PODEM FREQUENTAR FACULDADES

Mito - Autistas são pessoas com deficiência e, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, possuem direito à educação em todos os níveis e modalidades, devendo ser assegurados serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena.



AUTISTAS PODEM TER DIFICULDADE EM SABER QUANDO FALAR COM OUTRAS PESSOAS

Verdade - Como muitos autistas possuem dificuldade em entender convenções e regras sociais, podem não conseguir determinar quando é apropriado iniciar, terminar ou entrar em uma conversa. Por conta disso, muitas vezes, pessoas autistas são erroneamente interpretadas como desinteressadas, antissociais, inconvenientes ou intrometidas.



AUTISTAS SÃO ANTISSOCIAIS

Mito - Pessoas autistas podem interagir de maneira diferente ou necessitar de suporte nas habilidades sociais, mas muitos gostam de formar relacionamentos e interagir com outras pessoas, especialmente em situações que envolvam algum de seus hiperfocos.



AUTISTAS PODEM "SOAR DIFERENTE" QUANDO FALAM

Verdade - Pessoas autistas se comunicam de forma diferente de neurotípicos, podendo dizer as coisas lentamente, falar com uma voz monótona, utilizar palavras fora de contexto, entrar em muitos detalhes ou ser muito objetivas, o que pode causar certo estranhamento em pessoas que não estão familiarizadas com esses padrões de fala.

NEURODIVERSIDADE

TEA - Transtorno do Espectro Autista

MITO OU VERDADE

Escrito por LOUIE MARTINS



AUTISTAS NÃO POSSUEM EMPATIA

Mito - Pessoas autistas tendem a ter dificuldade para perceber emoções de outra pessoa ou podem expressar suas próprias emoções de maneira diferente, mas isso não significa que não possuem empatia. Na verdade, pessoas autistas possuem níveis de empatia afetiva iguais ou superiores aos de neurotípicos.



PESSOAS AUTISTAS PODEM EXIBIR MOVIMENTOS REPETITIVOS

Verdade - Muitos autistas realizam movimentos repetitivos, conhecidos como stims ou estereotípias, como forma de se autorregular. Portanto, é importante não impedir a realização desses movimentos para não gerar uma crise.



TODAS AS PESSOAS AUTISTAS SÃO IGUAIS

Mito - O autismo é um espectro, portanto, autistas podem apresentar traços diferentes e manifestar um mesmo traço de diversas maneiras. Além disso, possuem personalidades, interesses e habilidades diferentes, o que torna cada pessoa autista diferente da outra.



AS CAUSAS DO AUTISMO ESTÃO ASSOCIADAS À GENÉTICA

Verdade - Apesar da causa exata do autismo ainda não ser conhecida, sabe-se que está relacionada a alguns genes e que, apesar de especialistas estimarem que a taxa de herdabilidade é elevada, nem sempre é hereditário.

NEURODIVERSIDADE

TEA - Transtorno do Espectro Autista

MITO OU VERDADE

Escrito por LOUIE MARTINS



AUTISTAS VIVEM EM UM MUNDO PARTICULAR

Mito - Autistas podem ter momentos em que não respondem a chamados ou comentários, mas isso não significa que estejam alheios ao mundo à sua volta. Normalmente, essa situação ocorre por estarem com hiperfoco em uma tarefa, por não sentirem necessidade de se comunicar ou por não saberem como responder.



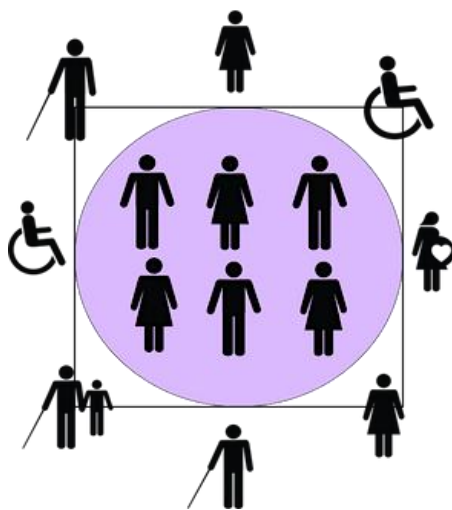
PESSOAS AUTISTAS PODEM TER DIFICULDADE EM ESCUTAR O QUE ALGUÉM ESTÁ DIZENDO QUANDO HÁ OUTROS SONS

Verdade - Muitas pessoas autistas apresentam Transtorno do Processamento Sensorial, que costuma se manifestar em autistas por meio da hiper ou hiposensibilidade. Desse modo, o TPS pode provocar dificuldade em filtrar barulhos de fundo, tornando difícil a concentração e a compreensão da fala.

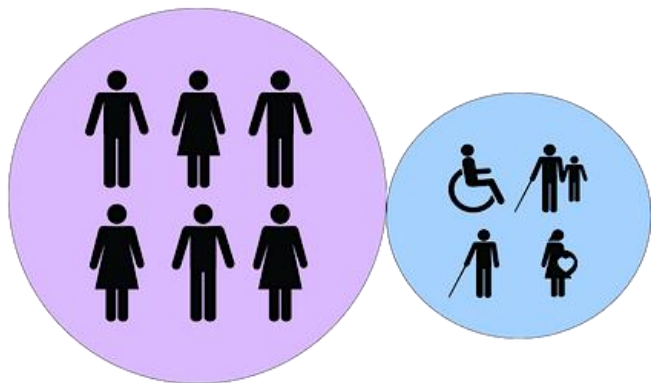
ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E AÇÃO EDUCATIVA INCLUSIVA

OS QUATRO PARADIGMAS DA DEFICIÊNCIA

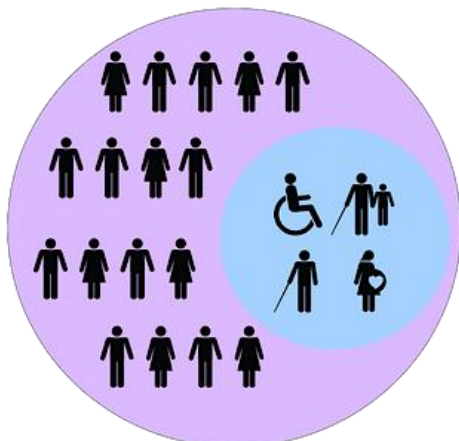
EXCLUSÃO



SEGREGAÇÃO



INTEGRAÇÃO



INCLUSÃO



ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E AÇÃO EDUCATIVA INCLUSIVA

Acessibilidade e Inclusão de pessoas com deficiência

MODELO MÉDICO



MODELO SOCIAL

- Prática associada ao Modelo de Integração (dec. 60 e 70), na qual a pessoa com deficiência deve tentar se adaptar aos padrões considerados “normais”, para ser aceito como parte integrante da sociedade.
- São priorizados, como recursos dessa integração, a reabilitação, a educação especial e os tratamentos clínicos e cirúrgicos.
- A deficiência é vista como um problema individual e dependente das áreas da saúde e da educação, cujo principal objetivo é a cura ou a adaptação da pessoa na sociedade
- Associado ao Modelo da Inclusão (a partir dec.70) e ao movimento social da pessoa com deficiência. Passa a reivindicar a autonomia, lugar de fala e o lema “ Nada sobre nós sem nós” dessas pessoas.
- A questão da deficiência passa a ser uma condição identitária dessas pessoas, no sentido de que elas possam assumir a sua condição sem assistencialismos.
- O Modelo Social aponta que são as barreiras da sociedade que impedem a plena inserção dessas pessoas, que clamam por uma sociedade mais inclusiva, tendo como aliadas as políticas públicas e todos os setores da sociedade.

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E AÇÃO EDUCATIVA INCLUSIVA

CAPACITISMO

O capacitismo é o preconceito ou a discriminação contra pessoas com deficiência. A prática do capacitismo se apresenta na forma de infantilização, tratando como incapazes as pessoas que possuem alguma deficiência e criando barreiras físicas que as impedem de exercer alguma atividade de forma independente; assim como pela falta de acessibilidade e vagas no mercado de trabalho e na educação.

O capacitismo pode ser evitado removendo as barreiras atitudinais que as pessoas sem deficiência costumam colocar na trajetória das pessoas com deficiência. Essas barreiras são os comportamentos preconceituosos que impedem o convívio, o acesso a ambientes e a aceitação de pessoas com deficiências na sociedade. Em decorrência disso, muitas pessoas consideram como incapaz uma pessoa só porque ela apresenta alguma deficiência.

O capacitismo é também associado à corponormatividade, isto é, à pressuposição de que existe um padrão de corpo ideal, e que a não correspondência a esse padrão, torna uma pessoa menos capaz para as atividades sociais.

A educação e os programas sociais, são instrumentos muito importantes para garantir uma maior valorização e inclusão das pessoas com padrões físicos, funcionais e cognitivos diversos.

Veja mais sobre "Capacitismo" em:

<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/capacitismo.htm>

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E AÇÃO EDUCATIVA INCLUSIVA

AÇÃO EDUCATIVA INCLUSIVA E COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA: MUDANÇA DE PARADIGMAS

Amanda Fonseca Tojal

COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA: MUDANÇA DE PARADIGMAS

Esse artigo é uma reflexão sobre o importante papel do museu enquanto canal de comunicação com o público, sendo por ele representado através das estratégias de mediação, aplicadas tanto para no espaço expositivo como na ação educativa da instituição.

Cury, ao analisar em sua tese de doutorado os processos de comunicação museológica na sociedade contemporânea, destaca que “a exposição e a ação educativa são manifestações da política de comunicação de um museu e para o público é o que define a instituição, pois é através delas que o museu se faz visível e se torna relevante para a sociedade.”

O que ocorre, porém, dentro de uma política cultural que se afirma a partir dos novos paradigmas da museologia, é que o processo comunicacional do objeto cultural vai além da sua função tradicional, isto é, a transmissão de uma mensagem pré-determinada, para alcançar uma função mais flexível e democrática - a de interagir o sujeito-emissor (o profissional/mediador do museu) com o sujeito-receptor (o público participante).

A comunicação museológica é operada pela linguagem dos objetos, mas se efetiva na interação entre o museu e o público sobre o significado a que se propõe, se apreende, se reelabora e se negocia.

Propõe-se, desta forma, um redimensionamento do processo comunicacional e, conseqüentemente, uma nova condição da relação entre os seus sujeitos - o emissor e o receptor.

A partir desse novo paradigma comunicacional, o de proporcionar uma interatividade mais ampla entre o objeto museológico e seu público, as estratégias de mediação passam a redimensionar a forma de participação do sujeito receptor - de uma condição anteriormente mais passiva, como simples

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E AÇÃO EDUCATIVA INCLUSIVA

assimilador de uma mensagem - para uma condição mais dialógica, isto é, a de um participante mais ativo no processo apreensão e de ressignificação do objeto cultural presente na exposição.

Porém, para que se cumpra essa desafiadora tarefa de proporcionar uma maior interatividade entre o objeto cultural e o público é necessário que o corpo de profissionais de museu adote uma política cultural de caráter interdisciplinar, pela qual todos os profissionais envolvidos com as questões de comunicação e mediação possam contribuir com as suas experiências e especificidades na concepção de exposições, bem como de ações educativas dirigidas aos diversos públicos, como forma de permitir e estimular o pleno exercício de percepção, fruição como também de ressignificação dos objetos culturais.

Cury analisa essa nova atribuição de papéis entre os profissionais de museu, mais especificamente aquele cuja função recai sobre a comunicação museológica e o público, a partir da existência segundo as ciências sociais, de dois paradigmas: o tradicional e o emergente.

Essas duas concepções, aplicadas às questões comunicacionais museológicas, traduzem com maior clareza os modelos mais comumente utilizados pelos museus na atualidade: o modelo tradicional e o modelo emergente.

Ambos os modelos assumem posturas antagônicas, pois se o primeiro modelo, o tradicional, atua no campo do conhecimento enfatizando o conteúdo do processo comunicacional, apresentado segundo a perspectiva do olhar do profissional especialista ou curador da exposição, o segundo modelo, o emergente, vê como essencial não mais o conteúdo, isto é, a mensagem pré-estabelecida e ser transmitida, mas o diálogo resultante entre a bagagem de referências trazidas pelo público e os múltiplos significados obtidos a partir da sua interação com o objeto cultural.

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E AÇÃO EDUCATIVA INCLUSIVA

Sendo assim, a autora citada considera que a aprendizagem e a fruição do objeto cultural no espaço museológico estão relacionada à participação ativa do público ao alcançar suas expectativas ritualísticas durante a visita, pois ele é o agente de sua própria experiência da qual participa sensorial, emocional e fisicamente, pois utiliza seu corpo como elemento para a apropriação do museu.

Por fim, autora reafirma também que, ao afastar o caráter educativo do museu da primazia do conteúdo, abre-se espaço para que o museólogo e o educador desfaçam a primazia do pesquisador de coleção e atuem coordenando equipes e processos interdisciplinares.

Esses dois profissionais são os responsáveis pelos processos de comunicação em museu que sustentem os objetivos essenciais de promover o diálogo entre a experiência da visita e o cotidiano do público. Então, trata-se não só de mudança de paradigma, mas ainda, de romper com estruturas autoritárias do museu.

Importante também frisar que, ao discorrer sobre as novas concepções de interatividade e participação do público na exposição, tendo como enfoque o objeto museológico, não se pode abandonar por completo o conceito tradicional da comunicação museológica, baseada na transmissão do conhecimento, a partir da contextualização do objeto em exposição, pois o museu é, e sempre será, um espaço também relacionado ao ensino, mesmo em se tratando de um ensino com característica não-formal, vinculado à fonte primária - o objeto cultural musealizado.

Dessa forma, os profissionais de museu, responsáveis pela comunicação e mediação museológica devem ter uma compreensão clara das possibilidades de ampliação desses aspectos, a princípio antagônicos, contemplando no planejamento de seus projetos comunicacionais, tanto os aspectos relacionados às questões ensino, como também àqueles relacionados às questões de aprendizagem.

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E AÇÃO EDUCATIVA INCLUSIVA

Algumas estratégias de comunicação favorecem, muitas vezes, a teoria do ensino, enquanto aquelas preocupadas com a construção do significado pelo público favorecem a teoria do aprendizado. Uma privilegia a emissão e a outra a recepção. Privilegiar um pólo não significa ignorar o outro, mas significa estabelecer um ponto de onde se fará a observação crítica do processo de comunicação.

Compete, portanto, à instituição museológica, consciente do seu tempo e história, preparar o museu para as novas perspectivas e funções intrínsecas a sua natureza tanto conceitual como social – a do museu emergente, museu este, em permanente diálogo interno, entre seus profissionais e externo, entre seu público.

Essa concepção, vinculada aos novos paradigmas da museologia contemporânea, é, com certeza, a que mais se aproxima do museu consciente de sua importante função comunicadora, acreditando ser o espaço museológico um campo simbólico, receptivo, provocativo e estimulante à compreensão, fruição e decodificação dos objetos culturais dos diversos públicos, levando em consideração seus interesses e especificidades, assim como, aberto também, às múltiplas interpretações e ressignificações que permitam, a todos, construir, apropriar-se e criar suas novas trajetórias tendo como referência o patrimônio cultural musealizado.

AÇÃO EDUCATIVA INCLUSIVA

ACESSIBILIDADE CULTURAL: INCLUSÃO DE PÚBLICOS ESCOLARES COM DEFICIÊNCIAS

Os novos paradigmas propostos pelo conceito de inclusão de alunos e públicos com deficiência em escolas e museus trouxeram mudanças que muito contribuem para uma maior flexibilidade e ampliação dos instrumentos e métodos de aprendizagem

por Amanda Pinto da Fonseca Tojal



Muita coisa mudou em relação ao acesso de pessoas com deficiência à educação formal e não-formal desde que comecei a trabalhar em museus no fim dos anos 1980. Ouvia-se e trabalhava-se na época com o conceito de integração, hoje sabemos que a inclusão é o modelo seguido por todos. O leitor encontrará aqui o relato dessa trajetória, desde as minhas primeiras ações educativas em museus de arte paulistas dirigidas a alunos com deficiências, do início da década de 90, até os dias de hoje.

Tudo começou no Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, que nos últimos anos da década de 1980 era referência no Brasil em ações educativas. Abrigava projetos socioeducativos inovadores, cujas parcerias com as redes municipais e estaduais, desde o ensino fundamental ao médio, trouxeram grandes contribuições para a melhoria na qualidade do ensino da arte, tanto na educação formal como não formal. O MAC-USP era visto também como um importante celeiro de pesquisa e reunião de especialistas nessa área, fato devido ao empenho e à vitalidade de Ana Mae Barbosa, arte educadora e diretora do museu.

Foi nesse ambiente, palco de grandes mudanças, envolvendo novas metodologias de ensino da arte, aplicáveis tanto no âmbito escolar como no museológico, que tive o privilégio de atuar como educadora e pesquisadora, promovendo ações educativas dirigidas aos públicos com deficiência, pessoas até então muito pouco reconhecidas pela sua relevância como visitantes nessas instituições.

Esse trabalho não teria, entretanto, sido posto em prática se, no início da década de 1990, um importante fator não tivesse provocado o meu interesse de pesquisar outros perfis de públicos e a sua inclusão sociocultural: o nascimento de minha sobrinha com deficiência intelectual e as transformações pessoais que decorrem quando uma pessoa com deficiência passa a fazer parte do núcleo familiar.

Acrescentou-se também a isso o apoio incondicional que obtive para a implantação desse projeto no MAC-USP, como também a orientação acadêmica que recebi da Professora Ana Mae Barbosa, que me autorizou a estagiar em instituições especializadas e de ensino formal que atendiam pessoas com deficiências visuais, auditivas e neuromotoras.

Esses contatos e as parcerias com essas instituições tornaram possíveis a realização do primeiro programa permanente envolvendo ações educativas para públicos com deficiências em museus de arte implantados naquela década e, posteriormente, em outros museus no Estado de São Paulo – o Programa Museu e Público Especial do MAC-USP –que perdurou de 1991 até 2003, quando me transferi para a Pinacoteca do Estado de São Paulo, para implantar um novo programa, o PEPCD - Programa Educativo para Públicos com Deficiência - muito atuante e reconhecido até os dias de hoje.

Finalmente, após todos esses anos de experiência, pude realizar um projeto curatorial e educativo seguindo os padrões de acessibilidade universal: a exposição itinerante Sentir pra ver: gêneros da pintura na Pinacoteca de São Paulo, síntese de todas as pesquisas e trabalhos até então desenvolvidos por mim nessa área.

Esses três programas – e as reflexões e as experiências por eles fomentadas – serão referências para o desenvolvimento deste artigo, cujo foco é a inclusão de alunos com deficiências no ensino da arte e em espaços museológicos de nosso país.

Da integração à inclusão

Quando iniciei o meu trabalho de ação educativa com pessoas com deficiências, em princípios de 1990, deparei-me com um momento muito importante de transição do movimento da inclusão escolar, em substituição ao conceito da integração, o que, conseqüentemente, refletia um aumento gradativo de alunos com deficiência em sala de aula, alterando sensivelmente a dinâmica dos trabalhos educativos, tanto das escolas, como nas ações educativas das instituições culturais.

Por outro lado, se o conceito de integração visava o princípio da “normalização”, em que o aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) necessitava se adaptar ao sistema escolar regular, o conceito de inclusão, ao contrário, busca a criação de condições que garantam o acesso pleno do aluno ao ensino regular, por meio de suportes físicos, psicológicos, sociais e instrumentais, o que, por decorrência, passam a exigir mudanças que vão muito além das adaptações físicas desses locais, perpassando pelas mudanças pedagógicas, metodológicas e atitudinais, isto é, uma mudança significativa dos paradigmas propostos por um ensino mais padronizado e competitivo para um ensino mais humanizado, que leve em consideração a diversidade dos alunos e conseqüentemente uma dinâmica mais cooperativa do ambiente da sala de aula.

Na prática, a inclusão é um processo gradual, pois, ao pressupor uma redefinição do modelo educacional, demandará um longo período de adaptações e avaliações baseadas, sobretudo, nas concepções existentes anteriormente e implementadas principalmente nas escolas especializadas. Estas deverão passar também por mudanças e adaptações como parcerias com outras instituições educativas incluindo atendimentos complementares e especializados, no caso de pessoas com comprometimentos mais avançados.

Entretanto, é importante ressaltar que a simples abertura da escola para um processo de inclusão e a inserção de alunos com necessidades educacionais especiais (sejam elas de ordem social, cultural ou por limitações físicas ou de aprendizagem) não garantem nem uma educação de qualidade, nem uma educação inclusiva e, muito menos, uma sociedade inclusiva.

Essas questões, tão complexas e inquietantes, têm sido exaustivamente debatidas na atualidade por professores, educadores e pedagogos e contribuído para uma extensa produção científica. O importante, porém, é que possam ser levadas em consideração ações engajadas com mudanças estruturais e pedagógicas, mas, sobretudo, mudanças que respeitem, antes de tudo, o ser humano.

Desse modo, tomando por referência alunos com deficiências, público-alvo desta reflexão, fica evidente que medidas radicais que incluam a simples suspensão de serviços, de profissionais e instituições especializadas no âmbito educacional, sem priorizar medidas que incluam a aplicação de recursos de infraestrutura escolar e pedagógica, bem como as formações profissionais necessárias, terão como consequência uma reação denominada “inclusão irresponsável”, que só trará danos a todos, professores, pais, alunos e, principalmente, à sociedade.

Neste ponto, em “O Sistema Educativo Português e as Necessidades Educativas Especiais ou Quando Inclusão Quer Dizer Exclusão”, Luiz Correa de Miranda é bem enfático: “Quando a criança com NEE é meramente colocada na classe regular sem os serviços de apoio de que necessita e/ou quando se espera que o professor do ensino regular responda a todas as necessidades dessa mesma criança sem o apoio de especialistas, isto não é inclusão, nem é educação especial ou ensino regular apropriado – é educação irresponsável”. Não é admissível, segundo ele, ver crianças serem “atiradas” a salas de aula regulares sem apoio algum. É preciso denunciar essas situações, alerta Correa. Muitas vezes, os responsáveis por nossas escolas chamam de inclusão uma atitude semelhante ao do “despejo”.

Ações educativas em museus de arte e a inclusão

Foi nesse momento da história da educação que, ao iniciar o projeto de ação educativa para pessoas com deficiência em museus de arte, me vi diante de duas realidades: A primeira foi o total despreparo tanto dos profissionais educadores como de outros profissionais daquela instituição para receber de forma adequada e sem preconceitos as pessoas com deficiência que visitavam o museu; A segunda foi grande falta de preparo dos professores das instituições de ensino regular para incluir de forma satisfatória os alunos com deficiência na sala de aula, tendo nesse caso, como referência, as aulas de artes do ensino formal.

Essa situação, que, a princípio, poderia aparentar um grande empecilho, passou, ao contrário, a ser um fator de estímulo, um desafio que abriu caminhos para novas pesquisas pedagógicas e tecnológicas, contatos com profissionais e ações educativas fundamentadas no conceito da inclusão, desenvolvidas em instituições culturais e de ensino e, principalmente, a aproximação com a realidade das pessoas com deficiência, seu potencial e suas necessidades.

Para ampliar o conhecimento sobre esse assunto, foram elaborados trabalhos acadêmicos, como objetivo de desenvolver novas propostas para o ensino da arte na educação inclusiva. Aliadas às práticas das ações desenvolvidas nos museus para esse público-alvo, elas passaram também a fundamentar o planejamento de cursos de formação, ministrados tanto para profissionais de museus e de outras áreas da educação não formal, como também para profissionais da educação formal, pertencentes às redes de ensino pública e privada, conscientes das carências e das novas demandas que a inclusão dessas pessoas exigia.

Com o propósito de subsidiar o planejamento de cursos e programas de arte para públicos e alunos com deficiências, tanto nas escolas como nos museus e espaços culturais, ressaltando a grande contribuição do estabelecimento de parcerias entre essas instituições, os cursos de formação têm por fundamentação teórica e prática o desenvolvimento de cinco conteúdos:

1. o conhecimento das especificidades das deficiências com as quais esses profissionais irão trabalhar;
2. a adaptação da comunicação visual, oral e escrita, a fim de permitir o diálogo e a mediação dos conteúdos de artes aos alunos ou públicos com deficiência;
3. a aplicação de métodos pedagógicos que viabilizem a exploração, o reconhecimento e o aprendizado da arte de forma não somente visual, mas também multissensorial dos conteúdos, abrangendo os sentidos do tato, audição, paladar e olfato;
4. a produção de recursos multissensoriais, como forma de apoio e mediação na exploração e no reconhecimento dos conteúdos artísticos, históricos e ambientais;
5. orientações sobre o estabelecimento de parcerias com instituições formais, não formais e especializadas em pessoas com deficiências, incluindo a participação de pessoas com deficiências (profissionais, artistas ou convidados) em consultorias, palestras, cursos e encontros promovidos por essas instituições.



Dos cinco itens acima apresentados, destacarei, como forma de exemplificar a minha experiência de atendimento a alunos com deficiência em exposições de arte, um fator fundamental para a realização de ações de mediação, tendo em vista a especificidade dos públicos com esse perfil: a necessidade de adaptação dos conteúdos de arte para alunos com deficiências físicas, visuais, auditivas e intelectuais.

A adaptação de conteúdos de arte para alunos e públicos com deficiência requer a pesquisa e a produção de instrumentos de mediação, também denominados recursos de apoio multissensoriais e tecnologias assistivas.

Em princípios da década de 1990, dada a visível carência desses materiais nos museus de arte de São Paulo, passei a buscar referências de recursos de apoio multissensoriais em outras áreas do conhecimento, como as pesquisas em andamento no Laboratório de Cartografia Tátil da Universidade de São Paulo, instituições especializadas em pessoas com deficiências (Instituto de Cegos Padre Chico, LARAMARA, ADEFNAV/Associação para Deficientes da Audiovisão e AACD/Associação de Assistência à Criança Deficiente) e também nos museus de ciências, nacionais e internacionais, cuja vocação já os predispõe à exploração e à interatividade do público com os conteúdos e objetos apresentados.

Foi a partir dessas pesquisas, da aplicação das experiências oriundas de outras áreas do conhecimento e das importantes avaliações realizadas por alunos e pessoas com deficiência, em cursos de artes ou em visitas educativas em museus de arte, que tornou-se possível elaborar e justificar a importância da utilização dos recursos de apoio multissensoriais (objetos, réplicas, reproduções em relevo, maquetes, jogos interativos, extratos sonoros, entre outros), instrumentos fundamentais de mediação, com o objetivo de ampliar o uso dos canais de percepção, em favor do conhecimento e da apreciação da arte, de forma não somente verbal (oral e escrita), mas também interativa e experimental.

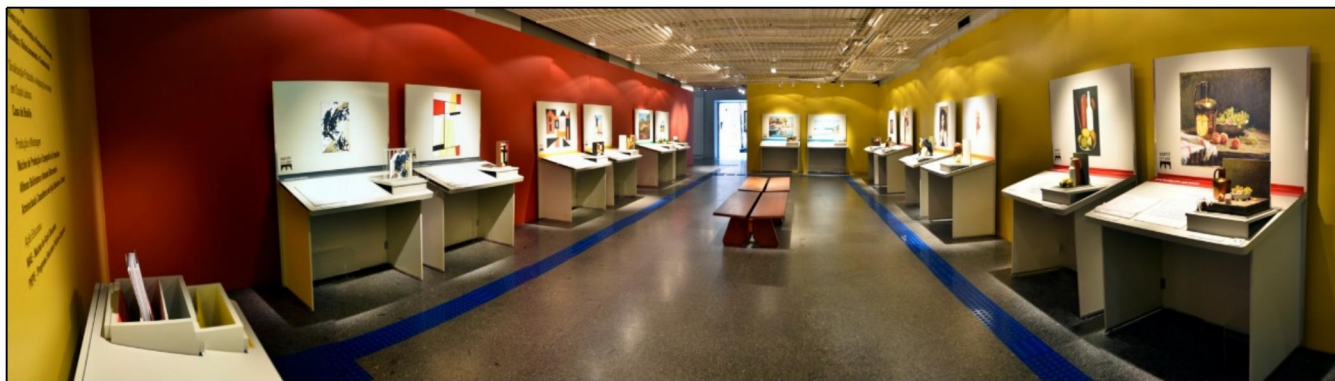
A relevância da elaboração e utilização desses recursos, tanto nas escolas como nos museus e instituições culturais, justifica-se pela sua abrangência, ao atingir não somente os públicos com deficiência, mas também todos os públicos, os quais se beneficiam desses instrumentos de mediação aliados aos métodos fundamentados pela percepção multissensorial, abordagem que prioriza a inclusão de todos os canais sensoriais, além do visual, como os sentidos do tato, da audição, do paladar e do olfato, como forma de contribuir para a aprendizagem e o conhecimento mais significativo da arte.

Para José Alfonso Ballester, “o tato, a audição, a visão, o olfato e o paladar são canais de entrada muito valiosos para aquisição de informações, acrescentando que o desenvolvimento da percepção pela via multissensorial predispõe também os indivíduos a uma maior receptividade e sintonia com o meio ambiente e seus semelhantes.”

As experiências perceptivas desenvolvidas segundo a abordagem multissensorial possibilitam a melhor compreensão da realidade e também das representações humanas e do meio ambiente, da mesma forma que exercitam e estimulam as potencialidades perceptivas de pessoas com ou sem deficiências e amplia as capacidades de reconhecimento e apreensão do mundo.

Abordagem multissensorial dos conteúdos artísticos

Referência da contribuição da abordagem multissensorial no conhecimento e na percepção de obras de arte e seus conteúdos é a exposição Sentir pra ver: gêneros da pintura na Pinacoteca de São Paulo, em que se desenvolvem propostas educativas para públicos com e sem deficiência, aplicáveis tanto em aulas de artes na escola como em espaços expositivos.



Vista panorâmica da exposição “Sentir pra Ver”

Na exposição há catorze reproduções fotográficas de obras de autores brasileiros, do final do século XIX a meados do século XX, pertencentes ao acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Os principais temas das artes plásticas estão representados nelas: natureza morta, retrato, cenas, marinha, paisagem rural, paisagem urbana, e abstração.

Cada tema aparece em duas obras, nas quais há soluções e tratamentos diferentes para um mesmo motivo, permitindo aos visitantes a possibilidade de leituras comparativas que enriqueçam o seu repertório artístico e cultural.

O projeto curatorial segue os padrões de acessibilidade universal, como forma de permitir tanto o acesso com também traduzir e facilitar a compreensão de obras de arte, principalmente a pessoas com deficiências, contemplando aspectos físicos, comunicacionais e atitudinais.

● Aspectos físicos

Acesso adaptado para a circulação de pessoas em cadeiras de rodas e mobilidade reduzida, piso tátil para orientação e segurança de pessoas com deficiências visuais, alcance visual e manual de textos, bases e recursos de apoio para pessoas com e sem deficiência.

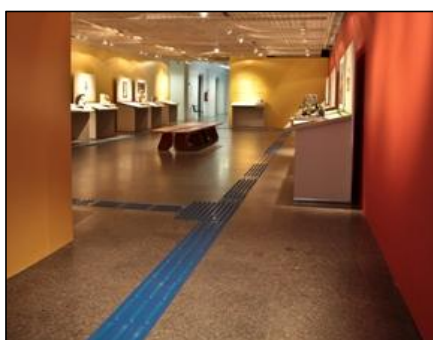
● Aspectos comunicacionais

São maquetes táteis tridimensionais de obras de arte, reproduções em relevo texturizado e alto contraste de imagens bidimensionais, jogos associativos de obras de arte com poemas, palavras, extratos sonoros e imagens, objetos referenciais tridimensionais e quebra-cabeças imantados. Além disso, há textos investigativos disponibilizados em áudio e dupla leitura (tinta com caracteres ampliados e braile).

● Aspectos atitudinais

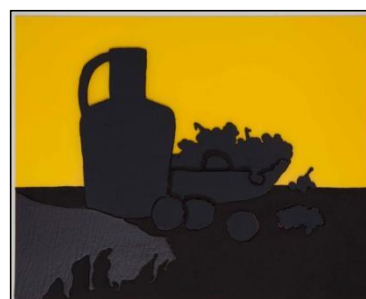
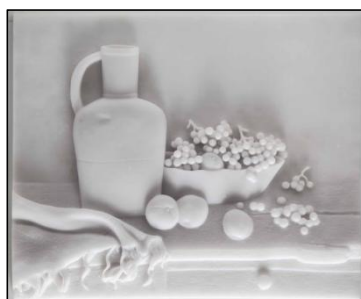
Consistem nas ações de formação para todas as equipes das instituições envolvidas, principalmente aquelas ligadas ao atendimento do público, por meio de cursos, palestras e oficinas a professores e educadores, visando à formação desses profissionais para o planejamento de programas e cursos de arte para alunos e os mais diversos perfis de públicos, permitindo a todos o amplo acesso à fruição e apreciação da arte, além de estimular, por meio de todos os sentidos, as múltiplas leituras e interpretações que os objetos culturais têm a oferecer.

Aspectos físicos da exposição – Piso tátil e mobiliário acessível





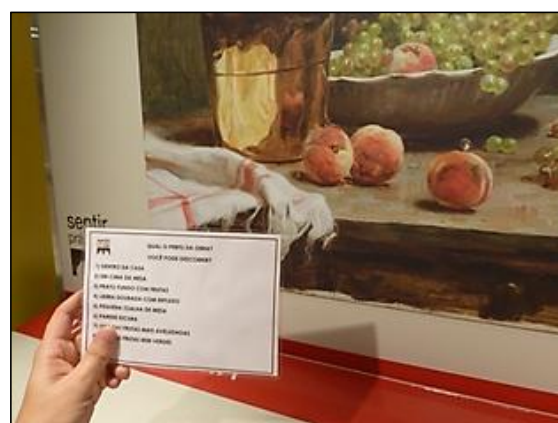
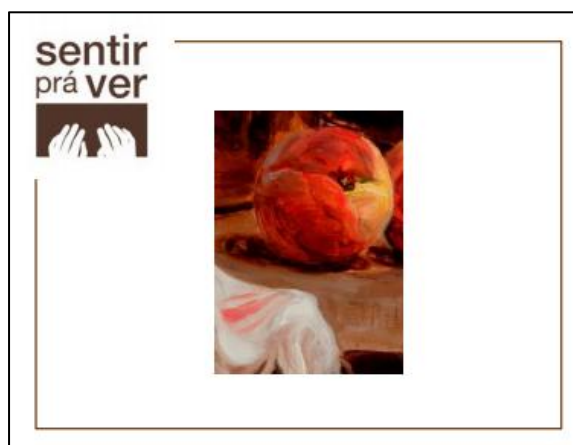
Pedro Alexandrino, Natureza morta, Óleo sobre tela, sem data
Acervo Pinacoteca do Estado de São Paulo



Aspectos Comunicacionais – Maquetes e Reproduções em relevo texturizado e alto contraste



Exploração visual e tátil dos recursos de acessibilidade
Maquete, jogo de associação e reprodução em relevo de obra de arte



sentir pra ver

O Destino Espera

A pêra no pé madura Do pomar, a princesa Hoje, natureza morta Na fruteira da mesa	Toalha rendada fina Feita de espera e desejo Como um rosário nas mãos De uma mulher nordestina
Mesa que ali repousa Silenciosa na sala Jacarandá-da-baía Debaixo de uma toalha	O destino espera A vida dispara

Márcio Faraco

sentir pra ver

QUAL O PERFIL DA OBRA?

VOCÊ PODE DESCOBRIR?

- 1) DENTRO DA CASA
- 2) MESA BEM ESCURA
- 3) PRATO COM FRUTAS
- 4) BULE ALONGADO
- 5) GARRAFA CLARA
- 6) PAREDE ESCURA
- 7) FRUTAS AMARELAS E VERDES
- 8) OBJETOS PARECIDOS COM FORMAS GEOMÉTRICAS

Jogos de Associação de imagem com poemas, palavras e caça detalhes

A exposição “Sentir pra Ver” tem participado de diversas exposições itinerantes na capital, em outras cidades do Estado de São Paulo, como também, em outras cidades do Brasil.

Observou-se, em todas essas mostras, uma excelente receptividade do público à proposta. Por um lado, pessoas com deficiências foram reconhecidas em suas necessidades e potencialidades, podendo acessar conteúdos culturais tradicionalmente inexploráveis por essa população e, por outro, pessoas sem deficiências experimentaram uma nova forma de apreciação do objeto artístico, comprovando-se que iniciativas como essa ampliam a comunicação dos conteúdos presentes nos espaços museológicos, que tornam-se um real instrumento de inclusão social.

Vídeo da exposição “Sentir pra Ver”
com Libras, legendas em português,
narração e sonorização.

Saiba mais

Sob o signo da inclusão e da diversidade

Os novos paradigmas propostos pelo conceito de inclusão de alunos e públicos com deficiência em escolas e museus trouxeram mudanças que muito contribuem para uma maior flexibilidade e ampliação dos instrumentos e métodos de aprendizagem, pois, ao se tomar por referência não mais o padrão de normalidade e sim o da diversidade, professores e educadores se vêem diante de um universo maior de canais de exploração e apreensão dos conhecimentos, canais esses que poderão ser utilizados de acordo com as especificidades e potencialidades de cada indivíduo.

Deste modo, as pesquisas e relatos de experiências envolvendo ações educativas inclusivas em arte, tendo por alvo principalmente a relação de alunos de escolas inclusivas, instituições especializadas e exposições de arte, são referências que podem auxiliar e estimular professores e educadores, tanto do ensino formal como não formal, a enfrentar com mais segurança o grande desafio que os conceitos de inclusão e diversidade impõem, traduzidos pelas novas e múltiplas respostas a esse vasto e infinito mundo do conhecimento que não se resolve apenas com respostas únicas ou pré-estabelecidas, mas que é pautado pelas constantes mudanças que a individualidade e a criatividade que cada um de nós empreende.

Essa é a condição absolutamente necessária para que possamos, profissionais da educação, efetivamente contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e solidária.

Amanda Pinto da Fonseca Tojal é museóloga, mestre e doutora pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Ministra cursos de formação em Acessibilidade Comunicacional e Ação Educativa Inclusiva em museus e instituições culturais. É Consultora de Acessibilidade Cultural e Curadora e coordenadora pedagógica das ações de acessibilidade da Exposição Itinerante Sentir prá Ver: gêneros da pintura na Pinacoteca de São Paulo, desde 2012



- ALMEIDA, Adriana Mortara. **Guia do/a Educador/a do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG**. Belo Horizonte, 2025. Disponível em: http://arteinclusao.com.br/wp-content/uploads/2025/05/Guia-Museu-2025_com-ISBN.pdf
- Associação Brasileira de Normas Técnicas: NORMA ABNT 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, 2020/2021**. Disponível em: https://www.dropbox.com/scl/fi/y0g3ggk1sv8uj55pn31bw/ABNT_NBR-9050_2021.pdf?rlkey=pxv8bi2wcs56k4v73bh84mvk2&dl=0. Acesso em 14/06/2024
- BROMBERG SILVIA, Curso de Especialização “Arte na Educação: Teoria e Prática” Departamento de música da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Tema: “**A contribuição das artes visuais e suas linguagens para alunos com Dislexia e Deficit de Atenção (TDAH)**”. <https://www.dropbox.com/scl/fi/pciawis1c2itoleke375f/Apresenta-o-SILVIA-vers-o-simples.pptx?rlkey=vg0fmh76znwsgosg7tydhebv5&dl=0>
- CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. pp. 23-28.
- Comunicação Alternativa – Memorial da Resistência de São Paulo. **COM ACESSO: Comunicação Acessível**, UFRGS. São Paulo. Disponível em: www.memorialdaresistencia.org.br
- FISCHER, André. **Manual ampliado de linguagem inclusiva**. 1ª ed. São Paulo: Matrix, 2021. https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/179478/manual_ampliado_linguagem.pdf

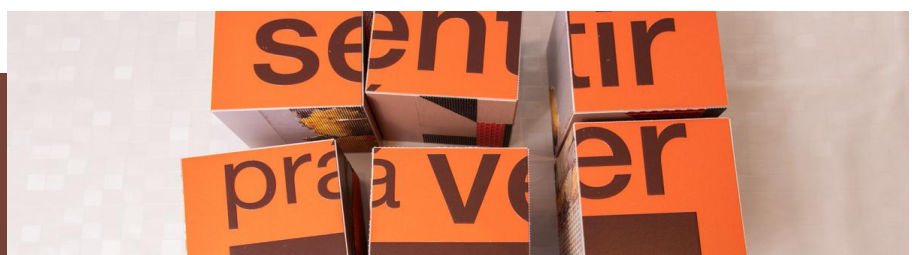
- GABRILLI, Mara. **Manual de Convivência: pessoas com deficiência e mobilidade reduzida**. SMPED- Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida da Prefeitura da Cidade de São Paulo, São Paulo. 2a Edição. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/5mptm67dtgvnthr/Manual_de_Conviv%C3%Aancia.pdf?dl=0
- **Informática na Educação: recursos de acessibilidade da comunicação**. Organizadores Gabriela T. Perry, Eduardo Cardoso e Cíntia C. Kulpa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/o8dohdwf2mhkz5y/Inform%C3%A1tica%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20-%20texto%20Eduardo%20Cardoso.pdf?dl=0>
- **Lei Brasileira de Inclusão**. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/legislacao/lei-brasileira-de-inclusao/> https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/Content/uploads/20162317410_FINAL_SANCIONADALei_Brasileira_de_Inclusao_06julho2015.pdf Acesso em 27/06/2024
- **Lugar de Autista é na UFMG**. Cartilha Pedagógica para professores. Coletivo Autista da UFMG. Belo Horizonte, s/d. <https://www.dropbox.com/scl/fi/1olsu75isd91pdzvies2r/Cartilha-de-inclus-o-pedag-gica-para-professores-da-UFMG.pdf?rlkey=s5dlqo80brybmfqmp2hj1lc9&dl=0>
- MOTTA, Livia M.V. de Mello e Paulo Romeu Filho (org.). **Audiodescrição: transformando imagens em Palavras**. Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, São Paulo, 2010 - Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/7sdqlhzyogtqvim/Livia%20Motta.pdf?dl=0>
- PESSOA, Sônia Caldas e outros. **Comunicação e Acessibilidades: um guia para práticas hospitalares**. Porto Alegre: 2023. https://www.dropbox.com/scl/fi/3wzqkcmcmh1r4oykyq4hb3/GUIA_-_Acessibilidade_UFMG.pdf?rlkey=eu42zuv0ubs72mv3hc5v36mku&dl=0
- SALASAR, Desirée Nobre. **Um museu para todos: manual para programas de Acessibilidade**. Pelotas: Ed. da UFPeI, 2019. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/7fra0dct99iklhk/2.Um%20museu%20para%20todos_manua%20para%20programas%20de%20acessibilidade.pdf?dl=0
- TOJAL, Amanda Fonseca. **Acessibilidade Cultural: Inclusão de Públicos Escolares com Deficiência**. IN: **Arte+Educação Propostas de reflexão e práticas de ensino para professores que atuam com as várias linguagens da arte na escola** - Fundação Volkswagen. com Deficiência. Disponível em: <https://www.dropbox.com/scl/fi/peabtwei9ldutku96gcq7/Artigo-da-Revista-Arte-Educa-o.pdf?rlkey=otdbtjqgbzyix56thl2jgauia&dl=0>





Infográficos: referências bibliográficas

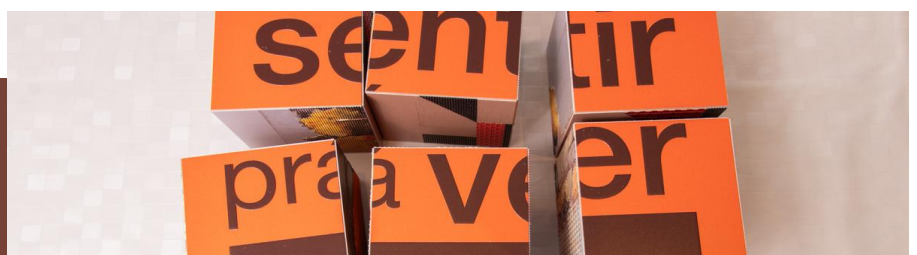
- **Tipos de Acessibilidade em Ambientes Culturais**
 - NDGA - UFRGS: Prof. Me. Eduardo Cardoso - Prof. Me. Fabiano Scherer - Profa. Dra. Tânia Koltermann da Silva - Graduando em Design Visual Vinícius Ludwig Strack.
- **Deficiência Sensorial**
 - NDGA - UFRGS: Prof. Me. Eduardo Cardoso - Prof. Me. Fabiano Scherer - Profa. Dra. Tânia Koltermann da Silva - Aluno Design de Produto Ricardo Costa
- **Diversidade Humana**
 - NDGA – UFRGS: Prof.Me.Eduardo Cardoso – Prof. Me.Fabiano Scherer – Profa. Dra.Tânia Koltermann da Silva – Graduando em Design Visual Vinicius Ludwig Strack.
- **Deficiência Física**
 - NDGA - UFRGS: Prof. Me. Eduardo Cardoso - Prof. Me. Fabiano Scherer - Profa. Dra. Tânia Koltermann da Silva - Aluno Design Visual Camila Chisini.





SITES

- ARASAAC: Portal Aragonés de la Comunicación Aumentativa y Alternativa. Disponível em: < <http://www.arasaac.org/> >
- ARTEINCLUSÃO: <http://www.arteinclusao.com.br> ® empresa de Consultoria em Acessibilidade de Museus e Instituições Culturais
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS: www.abnt.org.br ® Apresenta as normas técnicas de acessibilidade nas ABNT NBR 950:2015.
- CEDIPOD: <http://www.cedipod.org.br> ® Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência.
- PORTAL MARA GABRILLI: <http://www.maragabrilli.com.br> ®portal criado pela Deputada Federal Mara Gabrilli, traz informações e notícias importantes acerca da acessibilidade, inclusão, legislação específica etc.
- SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br>



EQUIPE ORGANIZADORA



AMANDA FONSECA TOJAL

Museóloga e Arte Educadora

Museóloga e Educadora de Museus. Graduada em Educação Artística pela Faculdade Armando Álvares Penteado e Pós-graduada em Museologia pela Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo. Mestre em Artes e Doutora em Ciências da Informação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Coordenadora de Programas de Ação Educativa Inclusiva no MAC- Museu de Arte Contemporânea da USP (1991 a 2003) e na Pinacoteca do Estado de São Paulo (2003 a 2012). Consultora em Acessibilidade e Ação Educativa Inclusiva para públicos com deficiências em museus e instituições culturais como, Museu do Futebol/SP, Museu Afro Brasil/SP, Museu Casa de Portinari (Brodowski/SP).

Docente de cursos de formação em Acessibilidade Cultural e Ação Educativa Inclusiva em Instituições Educativas e Culturais. Curadora e Coordenadora pedagógica da exposição itinerante “Sentir pra Ver: Gêneros da pintura na Pinacoteca de São Paulo” desde 2012. Conselheira da Comissão de Ética e Registro Profissional do Conselho Regional de Museologia-4a Região (Gestão 2013 a 2018). Sócia-presidente da empresa Arteinclusão Consultoria em Ação Educativa e Cultural, desde o ano de 2003.

CLAUDIA AOKI GIAROLO

Pedagoga



Consultora de acessibilidade cultural e formação em ações educativas inclusivas. Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela UNICID -Universidade da Cidade de São Paulo, técnica contábil com especialidade em gerenciamento financeiro e administrativo. Especialização em audiodescrição e Libras (Língua Brasileira de Sinais) para públicos de museus e espaços culturais. Planejamento e organização de estruturas de plataformas digitais com acessibilidade. Coordenação para produção de recursos de acessibilidade, tais como: maquetes e mapas táteis e jogos educativos em oficinas de formação de educadores e públicos de museus. Assistente na produção de maquetes táteis tridimensionais, jogos sensoriais e educativos (empresa Dayse Tarricone Maquetes & Acessibilidades 2007 a 2009). Produtora cultural da exposição itinerante "Sentir prá Ver: Gêneros da Pintura na Pinacoteca de São Paulo", desde 2013. Sócia-diretora da empresa Arteinclusão Consultoria em Ação Educativa e Cultural, desde o ano de 2019.



Amanda Fonseca Tojal

email: atojal@arteinclusao.com.br

Claudia Aoki Giarolo

email: claudia@arteinclusao.com.br

Mais informações

www.arteinclusao.com.br



Whatsapp
(11) 96543-6383



Nosso canal no Youtube



Perfil no facebook



Perfil no Instagram